



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007639-98.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA APARECIDA JOAQUIM BRESSAME**
 Requerido: **ROGÉRIO LÚCIO DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido um automóvel ao réu, mas ele não cumpriu obrigações que assumiu relativamente ao pagamento das parcelas de seu financiamento e de valores de IPVA, licenciamento e multas.

Almeja à rescisão do contrato.

Já o réu em contestação admitiu a compra do veículo e não negou as obrigações que lhe foram imputadas.

Reconheceu, é certo, que não as adimpliu.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida, pouco importando a alegação de que o réu já teria vendido a terceira pessoa o automóvel, até porque não foi amealhado um só indício que lhe conferisse verossimilhança.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A rescisão do contrato é nesse contexto medida que se impõe, com o retorno das partes ao status quo ante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e condenar o réu a, **no prazo máximo de dez dias contados da intimação da presente**, devolver ao autor o automóvel tratado nos autos em perfeito estado, bem como a quitar também em dez dias, **contados da intimação da presente**, os débitos pendentes sobre o veículo a título de IPVA, licenciamento e multas, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, oficie-se ao DETRAN para que diligencie a transferência da pontuação decorrente das multas trazidas à colação (fls. 02/04 e 12/16) para o réu.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**